

# Usina de Belo Monte volta à pauta do governo

Sócio privado da mega hidrelétrica pode ser escolhido em outubro, com início da geração prevista para março de 2008

Katia Ogawa e Patrícia Gil  
de São Paulo

O governo retomou a briga para construir o polêmico complexo hidrelétrico de Belo Monte. O presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, afirmou ontem que a licitação para definir o sócio estratégico do empreendimento pode ocorrer em outubro deste ano. A dimensão e a localização da usina contribuem para apimentar as discussões, principalmente no campo judicial.

Belo Monte terá potência instalada de 11.182 megawatts (MW), gerados a partir da bacia do rio Xingu, no Pará, em plena

floresta amazônica e rodeada por aldeias indígenas. A expectativa é de que a primeira das 20 máquinas, com 550 MW cada, comece a operar em março de 2008. As demais unidades serão instaladas em intervalos de três a quatro meses.

A construção pode ter início ainda esse ano. "Escolhe-se o empreendedor, que vai definir o projeto de engenharia e logo na sequência começam as obras. A preparação do terreno pode ser feita a seco", expli-

ca Muniz. A estatal deverá encaminhar ao Congresso Nacional, a partir de 16 de fevereiro, a análise sobre os efeitos da usina em áreas próximas a reservas indígenas do Parque do Xingu. Mas, segundo ele, nenhuma reserva será alagada pela obra.



José Jorge

Apesar da postura otimista quanto ao cronograma, o presidente da Eletronorte ainda terá alguns obstáculos a ultrapassar. Em sua nova estratégia, a estatal tenta evitar os embates diretos e seguir as recomendações do Ministério Público, que tem questionado o projeto. "As principais pendências para a continuidade do projeto já foram superadas", diz Muniz.

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a contratação, pela Eletronorte, da Fadesp — ligada à Universidade Federal do Pará (UFPA) — para finalizar o EIA/Rima (Estudo e Relatório de Impactos Ambientais). Esses documentos haviam sido embargados pela Justiça há praticamente sete meses. À época, o Ministério Público argumentou que a Fadesp foi contratada sem licitação, além de exigir

que o trabalho fosse acompanhado pelo Ibama com a alegação de que o Xingu é um rio federal, o que pediria a presença de um órgão federal — e não apenas de uma secretaria estadual do Pará, como defendido pela Eletronorte. Para esquivar-se de novo confronto, foi definido recentemente o ingresso do Ibama. Antes da licitação das obras, o governo quer dispor da licença ambiental prévia para Belo Monte, o que eliminaria um risco e incrementaria a atratividade do negócio.

A construção da hidrelétrica exigirá investimentos de US\$ 3,7 bilhões. Mas esse valor pode subir para US\$ 6,2 bilhões por conta das linhas de transmissão. Pela modelagem do projeto, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os agentes privados ficarão, cada um, com um terço do aporte. Muniz afirmou, entretanto, que a divisão do grupo de controle — entre público e privado — ainda está em estudo pela coordenação da Eletrobrás.

Apesar das altas cifras, o ministro de Minas e Energia, José Jorge, enfatizou que o governo federal mantém a diretriz de concentrar os investimentos do setor elétrico nas mãos da iniciativa privada. "O governo está antecipando algumas obras, mas sem mudar a base do modelo", garante.

A magnitude de Belo Monte e as gordas despesas com maquinário e construção civil levou executivos de várias empresas à palestra de Muniz, ontem, em São Paulo. Segundo

ele, cinco ou seis companhias — todas eletrointensivas — já demonstraram interesse pelo negócio e podem, até mesmo, instalar parques industriais nas proximidades da usina para escapar dos custos com transmissão. A Companhia Vale do Rio Doce é uma das que olham o empreendimento. Um grupo japonês também está interessado. O custo de geração de Belo Monte é considerado competitivo, em US\$ 12/MWh, mas a distância dos centros urbanos pode dobrar esse valor.

Class.	495
Data	13/2/2002 Pg. 45
Fonte	BNDES
Assunto	Documentação